

No horizonte do século XXI, a água e o desafio das águas serão, sem dúvida alguma, um desafio estratégico, um desafio onde se jogará, simultaneamente, o desenvolvimento e a segurança. Durante a Guerra Fria a segurança e a defesa eram praticamente uma e a mesma coisa, o risco político e a ameaça militar eram coincidentes. A consequência é que todo o sistema de segurança, se organizava em torno da defesa militar, contra a ameaça que era a ameaça Soviética. A noção de ameaça era única, clara e definida, isto é, uma ameaça inscrita, política e territorialmente. Quer isto dizer, que existia um inimigo: concreto e visível. A segurança era portando, basicamente uma questão de estratégia, uma questão de análise estratégica, uma questão de “expertise” militar e isso transportava-nos a uma concepção e a um conceito de segurança com carácter eminentemente nacional e fundamentalmente voltado para o *self interest*. Numa palavra, uma noção de segurança nacional e competitiva.

No mundo do pós-Guerra Fria tudo ou quase tudo mudou, neste cenário internacional e, conseqüentemente, muito mudou também na ideia e na própria realidade da segurança. Vivemos hoje um mundo, provavelmente, menos perigoso, mas muito mais complexo, muito mais incerto e por isso mesmo, não é certo que seja mais seguro. Em primeiro lugar, não há uma ameaça única, clara e definida. Há ameaças múltiplas, difusas e polimorfas. Continuam, naturalmente, as tradicionais ameaças de tipo militar centradas nos Estados. Mas, a estas juntam-se hoje, um sem número de outras ameaças de natureza diferente. Por um lado, as ameaças infra-estatais, como os conflitos étnicos e religiosos, a luta em torno da escassez dos recursos, entre os quais a água, a sobrevivência alimentar, a estabilidade social – e porque não dizê-lo? – os próprios direitos humanos são hoje uma questão de segurança. Por outro lado, ameaças de tipo transnacional, que atravessam a fronteira, escapam ao controle dos Estados e afectam a segurança dos indivíduos e das colectividades: o crime organizado, o narcotráfico, o terrorismo, e naturalmente, os riscos e as catástrofes ambientais. Estas ameaças transnacionais obrigam-nos, a repensar o conceito de segurança e conduzem-nos a uma noção de

segurança mais lata, não só para além do estritamente militar, mas, igualmente, para além do estritamente nacional. Obriga-nos a pensar o carácter de interdependência da segurança e a passar de uma noção de segurança competitiva a um conceito de segurança cooperativa. Neste quadro, a questão ecológica é sem dúvida um dos exemplos mais evidentes. Ora, é neste quadro de segurança e é para este quadro de segurança, que o IDN gostaria de contribuir e tem tentado contribuir com a sua reflexão. Numa obra que é hoje um dos clássicos da segurança no pós-Guerra Fria "People, States, Fear", de Barry Buzan o conceito de segurança é encarado a partir de cinco eixos: o eixo militar que é o nosso eixo de reflexão tradicional, o eixo político, o eixo económico, o eixo social e o eixo ambiental. E é sobre este último que esta reflexão se situa: no campo da segurança ambiental.

Mas porquê a questão das águas? Porque como se viu, constituem um dos grandes problemas e um dos grandes desafios do futuro. Na cimeira da Terra do ano passado em Nova Iorque, advertiu-se para uma série de crises regionais da água que poderiam, eventualmente, anunciar uma crise global da água. Ora, o problema é que a água está a tornar-se um bem raro e como tal um factor estratégico. A procura aumenta exponencialmente, fruto por um lado de um aumento do crescimento demográfico, por outro da política de consumos da água que cresce a um ritmo duas vezes superior ao da própria população, enquanto a oferta da água se mantém estável. Mas, às questões da quantidade sobrevêm, as da qualidade, ou melhor, da falta de qualidade e da degradação da água, fruto de múltiplos factores de poluição. E finalmente, uma terceira questão não menos relevante, se impõe: a da desigual distribuição da água, quer por razões naturais, quer por razões de natureza económica e social. Um simples exemplo significativo: um americano gasta hoje 600 litros de água por dia, enquanto um africano gasta apenas 30 litros no mesmo dia. Rarefacção, poluição e desigual distribuição, vão naturalmente multiplicar as dificuldades de acesso a este recurso precioso de que tão tarde a humanidade se deu conta de que era insubstituível para a saúde humana como para o desenvolvimento económico e social. A água é já hoje um factor estratégico e sê-lo-á, seguramente, para o Século XXI. A água coloca às Nações e à comunidade internacional grandes desafios. Vai a humanidade, e vão os países disputar a água até à violência e ao conflito? Ou, pelo contrário, encontrarão formas pacíficas e cooperativas de dividir a água? Vai a comunidade internacional conseguir constituir

um direito e fazer respeitá-lo? Um direito que proteja o recurso e que institua os mecanismos da gestão desse recurso?

São estas algumas das questões em debate, abordadas por especialistas de diferentes campos teóricos que se reúnem neste número da Nação e Defesa, com uma certeza: a de que, a água será um factor fundamental quer do desenvolvimento duradouro, quer da segurança internacional, ou dito de outro modo, um factor fundamental da prosperidade e da paz.

